

AS FORTIFICAÇÕES DE ÉVORA: IMAGEM, VALOR E RECURSO

Francisco Bilou

francisco.bilou@gmail.com



A fazer fé na consistência dos dados arqueológicos recolhidos nas últimas décadas, *Ebora* é uma fundação romana *ex nihilo*¹. Talvez mesmo dispensada de *pomerium* fortificado. Sim, o topónimo *Ebora* denuncia-lhe a raiz indígena, o que pressupõe presença e domínio territorial de povos pré-romanos. Além do mais, Plínio, na sua *História Natural*, identifica uma *Ebora Cerealis* geograficamente plausível. Mas o certo é que nenhuma evidência arqueológica pré-romana remanesce debaixo da urbe original, esta com alguma probabilidade agregada ao municipalismo latino pela *liberalidade* de Júlio César². Ainda as-

1 De facto, abaixo da cota da cidade romana nenhuma evidência estrutural mais antiga surgiu até hoje no decurso das múltiplas campanhas arqueológicas desenvolvidas nas últimas décadas.

2 Cf. FÁRIA, António Marques, «Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 2, N. 2, 1999, pp. 29-50

sim perduraram na memória da cidade narrativas criacionistas e fundacionais, seja por via de longínquos *eburones*, seja pela mitificação da figura de Quinto Sertório. Pese embora o encanto literário de tais relatos, o que prevalece da memória desses primeiros *eborenses* resume-se, infelizmente, à prosa lendária³ e a umas quantas epígrafes apócrifas⁴. E faltando essa prova arqueológica inequívoca da *Ebora* pré-romana, bem se pode dizer que, no quadro do conhecimento actual, a *civitas* eborense surgiu de uma realidade plural pré-existente que a romanização tornou *una* e única sob seu governo e autoridade.

Com mais certeza se sabe que a romanização contou com aculturação indígena do território⁵, recentrando-a e moldando-a a uma nova realidade urbana. De resto, os vários povoados proto-históricos que subsistem na envolvente de Évora obrigam a ponderar esta hipótese⁶. Évora Monte foi, como hoje se sabe, um povoado de primeira grandeza à escala ibérica no final da Idade do Bronze⁷. O próprio Alto de São Bento, colina irmã de Évora, conserva importantes vestígios de extenso povoamento pré-histórico, entre o Neolítico e o Calcolítico. Mas para os pragmáticos romanos a cidade é um nó na malha do império, por isso a urbe está onde faz sentido estar. No caso de Évora, três condições parecem determinantes para a escolha da sua localização: a geografia viária, o abastecimento de água potável e a proximidade a uma pedreira. Não há, portanto, razões superiores de defesa ou de posicionamento estratégico no controlo territorial que se exigia aos *oppida* fortificados. Neste particular, Évora não nasceu sobre um *oppidum* ou *castrum*, mas como *civitas* e, como tal, centro de civilidade sob a longa *pax-romana* (Fig. 1). A sua prosperidade, provinda grandemente de uma economia agro-silvo-pastoril, foi potenciada pelos dois eixos viários ainda hoje fundamentais à cidade: a ligação da capital provincial da Lusitânia às principais cidades portuárias atlânticas, *Salacia* e *Olisipo*; e a ligação da capital do *conventus Pacensis*, *Pax Iulia*, quer a *Emerita Augusta*, quer às

3 Por exemplo: PATRÍCIO, Amador, *Historia das Antiquidades de Evora*, Évora, Oficina da Universidade, 1739.

4 Sobre o tema, veja-se: D'ENCARNAÇÃO, José, «Da invenção de inscrições Romanas pelo Humanista André de Resende», *Biblos*, LXVII, pp. 177-205.

5 Cf. ENCARNAÇÃO, José d', *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, Coimbra, IA-FLUC, 1984, 2 vol.

6 Cf. CALADO, Manuel, *et ali*, «Povoamento Proto-histórico do Alentejo Central», *Revista de Guimarães*, Volume Especial, I, Guimarães, 1999, p. 363-386.

7 Segundo prospeções de campo de Manuel Calado com quem tivemos oportunidade de discutir à época da sua descoberta.

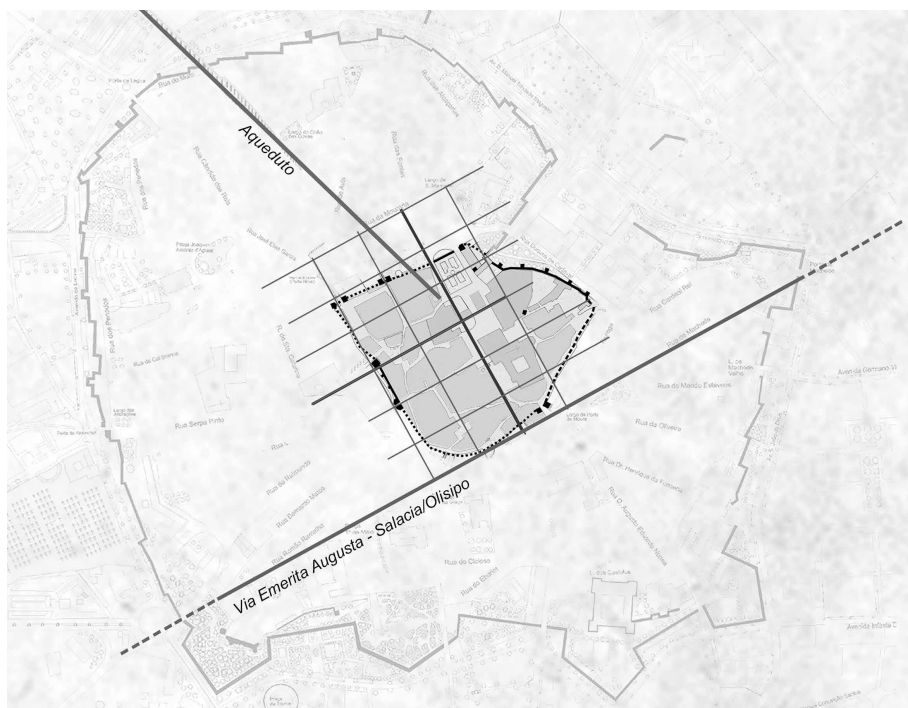


Fig. 1 – Urbanismo esquemático de Eborá antes da construção da muralha tardo-romana. Desenho do autor.

cidades do «trans-tagus», sobretudo *Sellium e Scallabis*⁸. Mas particularmente importante neste posicionamento estratégico de Évora foi a sua proximidade à pedra de granito do Alto de São Bento de onde toda a sua monumentalidade urbana passou a ser tributária: do granito desta pedra se construiu o templo, as muralhas, a catedral, os palácios, o próprio Aqueduto da Água da Prata. E foi precisamente na «arquitetura da água» que residiu a maior glória da Eborá clássica, pois não só a cidade romana teve um aqueduto, como novos dados arqueológicos acabam de comprovar, como ele alimentou os tanques envolventes ao templo, as termas e até uma rede de distribuição domiciliária de água⁹. Mais, ainda: a orientação do templo, aliás de toda a estrutura urbana da cidade, alinhou, não pelos pontos cardeais como seria expectável numa fundação *ex nihilo*, mas 15º a nor-noroeste, desvio angular coincidente com ponto notável da paisagem situado no Divor. É precisamente aí, no sítio con-

8 Cf. BILOU, Francisco, *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, Edições Colibri, 204.

9 Como prova a *fistula pumplea* com o selo municipal *LIB IVL* à guarda do Museu de Évora.

hecido popularmente por «sete águas», que convergem as três principais bacias hidrográficas do Alentejo Central – Tejo, Sado e Guadiana – e se situam os mananciais perenes que alimentam a cidade: as fontes das Minas, da Oliveira e sobretudo da Água da Prata, da qual provêm o nome ao Aqueduto.

A esta primeira cidade «indefesa», desenhada numa malha ortogonal ainda hoje detectável¹⁰, sobreveio já no ocaso do império romano a primeira cerca amuralhada, dita *Cerca Velha*. Évora passava de uma urbe indefesa a uma cidade fortificada de dez hectares. Contraía-se quase a metade, como que retraída à elementaridade da sua sobrevivência seguindo o destino de muitas cidades hispânicas. E assim, reduzida a um reduto defensivo, perduraria perto de mil anos, tempo mais do que suficiente para apagar as marcas superficiais da *Ebora* romana. A memória, contudo, bem fundada no mesmo alicerce de granito trazido do Alto de São Bento, haveria de vingar, mais do que em qualquer outra cidade portuguesa, no «longo Renascimento» eborense.

Logo após a tomada de Évora por Geraldo *Sem Pavor*, em 1165, a dinâmica da *Reconquista* transformou a cidade num importante e estratégico bastião militar. A partir dele se estendeu (e defendeu) a fronteira da cristandade até ao reino do Algarve. Na cota mais alta da cidade surgiu o *Castelo Velho*, herdeiro da alcáçova muçulmana. Nele se aquartelaram os *Freires de Évora*, percursoros da Ordem de Avis (1211). O castelo, poderoso de torres, muros e cava, era ainda «mui mau de tomar» na crise dinástica de 1383-85, segundo relata Fernão Lopes na Crónica de D. João I¹¹. Ainda assim acabou por cair nas mãos dos populares depois do alcaide garantir uma saída digna pela «porta da traição». O recinto fortificado, já sem préstimo militar, seria posteriormente dividido como despojo de guerra entre as duas mais importantes famílias locais: os Castro e os Melo. Ainda hoje persiste essa divisão pontuada pela «torre de Sertório», onomástica habitual aplicada na cidade durante séculos a tudo o que se supunha romano (Fig. 2).

10 Cf. MANTAS, Vasco Gil, «Arqueologia urbana e fotografia aérea. Contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro», *Trabalhos de Arqueologia*, N. 3, Lisboa, 1986, pp. 13-26.

11 Cf. SARAIVA, António José (ed.), *As Crónicas de Fernão Lopes. Crónica de El-Rei D. Pedro. Crónica de El-Rei D. Fernando. Crónica de El-Rei D. João, seleccionadas e transpostas em português moderno*, Portugália Editora, “Antologias Universais”, s.d., pp. 221-223

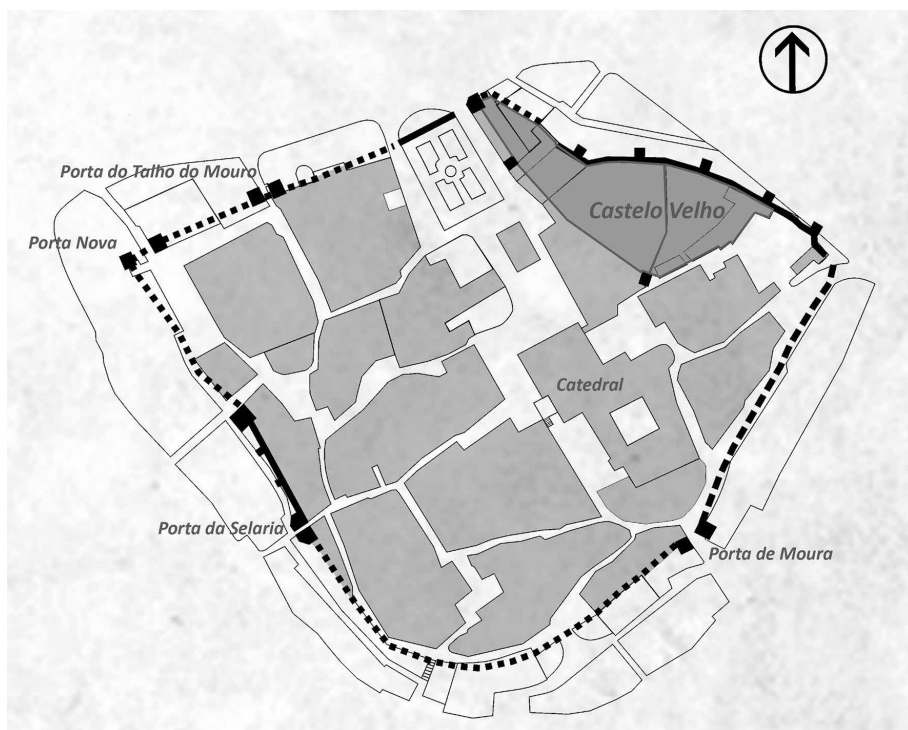


Fig. 2 – Urbanismo esquemático da cidade medieval confinada à Cerca Velha e respectivas portas e zona acastelada (Castelo Velho). Desenho do autor.

À entrada do século XV, Évora deixou de ser uma cidade acastela. E sem castelo, a cidade tornou-se numa imensa «cidade murada», distanciando-se definitivamente da condição defensiva das cidades de fronteira. Apetece dizer que voltou à condição original de «cidade indefesa» no sentido estritamente militar. No alto da sua colina passou então a dominar a catedral, volumosa obra de transição românico-gótica sagrada em 1308. Esta, sim, «fortaleza espiritual», conforme ao poderio do bispado eborense, o mais rendoso do país nos alvares da Idade Moderna e do qual emergirá o seu primeiro arcebispo e último rei da dinastia de Avis, o Cardeal-Infante D. Henrique. O próprio *Castelo Novo*, levantado como estrutura monumental de «transição», em 1518¹², já nasceu anacrónico na utilização de potentes torres angulares de secção quadrada. A sua «refuncionalização» como *Celeiro Comum*, ainda no reinado de D.

12 ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, Vol. VII, ANBA, Lisboa, 1966, pp. 14-15.

Sebastião, prova exemplarmente a sua ineficiência militar. Pode bem ser um projeto antigo, acaso de Andrea Sansovino¹³, desenhado mais para contento de uma retórica civilista do que militar. Em todo o caso, já desajustado no tempo e no espaço quando, em 1529, ainda não totalmente concluído, D. Luís da Silveira obteve da Coroa a promessa da sua alcaidaria¹⁴. Apesar da escala e dos propósitos bélicos que evoca acabará esquecido, sem brilho nem glória. Por isso, ao tempo da Guerra da Restauração, Évora não contará com ele para a sua defesa. Esse papel caberá ao Forte de Santo António, levantado de raiz precisamente do lado oposto da cidade. A «praça de armas» eborense voltava a estar orientada a norte, uma vez mais vigiando o projeto «castelhano»...

Sem castelo medieval desde o final do século XIV, Évora rodeia-se de «muros», numa obra tão célere quanto extensa. A celeridade deve-se, porventura, à ameaça da Peste Negra, pois se à volta 1353 a *Cerca Nova* já estava «cerrada» isso significa que os impactos da *pestilência* na cidade foram em parte minimizados. Sem estranheza, a muralha medieval servia um dos seus propósitos defensivos – a proteção sanitária dos moradores. E por falar em proteção trans-militar, acrescente-se que até as portas da cidade foram revestidas dessa faculdade protectora no plano espiritual: sobre as principais portas, orientadas aos pontos cardeais, surgiram capelas de evocação mariana (Nossa Senhora da Ajuda, do Ó, da Natividade, do Amparo), e do lado de fora da muralha ermidas de evocação aos santos protectores das doenças mais comuns (São Brás, São Sebastião e São Bartolomeu). Na Évora tardo-medieval, sobretudo depois da conversão forçada de mouros e judeus, nenhum lugar prescindiu de ostentar os sinais da cristandade. Além da observância dos preceitos religiosos gerais em torno dos centros de culto seculares e regulares, um complexo e diversificado conjunto de espaços sagrados, mais ou menos de origem vernacular, densificavam o imaginário cristão dentro e fora da muralha. Capelas, nichos, oratórios, cruzeiros e alminhas faziam parte dessa rede espiritual que se afirmava por todo o espaço público, marcando tempos sagrados, expressando identidades corporativas ou de vizinidade, testemunhando memórias

13 Cf. MOREIRA, Rafael, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2 Vols. 1991; GRILLO, Fernando Jorge Artur, *Andrea Sansovino em Portugal no Tempo de D. Manuel*, Dissertação em História da Arte, Faculdade de Letras de Lisboa, 3 Vols. 1991.

14 «E tenho mais Del rrey nosso senhor a alcaidaria do Castello que se ora faz em euora que nam estta acabado per aluara de sua alteza (...)»: Arquivo Nacional Torre Tombo (A.N.T.T.), *Casa dos Condes de Sortelha e Senhores de Góis*, Liv. 1, fl. 26v. É doc. de 12-3-1529.

pias ou ocorrências milagrosas, sinalizando renovadas vivências cristãs em espaços antes confinados a minorias étnicas e logo revertidos em «vilas novas» após 1497.

Uma vez concluída, a *Cerca Nova* passou a ser o segundo maior recinto amuralhado do país logo a seguir a Lisboa. Na verdade, um verdadeiro manifesto de planeamento urbano, de tal modo bem sucedido que permitiu o crescimento sustentado da cidade durante cinco séculos. Na iluminura do foral manuelino de 1501, este também o segundo a ser outorgado a uma cidade portuguesa, bem se pode apreciar a dimensão da obra com as suas duas linhas ameadas de muro e barbacã, torres quadrangulares, cava e (visíveis) duas das onze portas. Contudo, a muralha medieval, concebida em reprega para tiro flanqueado de armas de arremesso, nunca será reformada, ampliada ou adequada à moderna piobalística, malgrado o cuidado municipal em impedir os moradores de lançarem esterco «na barbacã da cerca nova nem nas alcárcovas dela»¹⁵. Simples torres de planta circular foram adossadas do lado poente, talvez na segunda década do século XVI, ensaio tímido de defesa do palácio real. Tão tímido, aliás, que nenhuma dessas torres apresenta «troneiras cruzetadas» para tiro com armas de fogo. Mesmo quando Évora foi sobressaltada com a perda da independência do reino, em 1580, o único esboço de defesa convocado pelo município foi a reabertura da «cava de rredor (da) cidade»¹⁶. Simbolicamente, a alta torre de Alconchel, lida sem fundamento histórico como «torre de menagem», pouco mais serviu do que simples presidio militar. Aliás, os muros da *Cerca Nova*, pensados para uma cidade em crescimento, e por isso generosos em área, nunca foram um verdadeiro constrangimento à expansão urbana intra-muros. Nem constrangimento nem barreira ao trânsito de pessoas e mercadorias. As onze portas da *Cerca Nova*, na correspondência (sobretudo) de duas das quatro portas da *Cerca Velha*, asseguraram um eficaz sistema radial. Évora sempre foi uma *caput viae*, não o esqueçamos, entre a fronteira e o litoral, o sul e o norte (Fig. 3).

15 PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Parte I, p. 130.

16 «Faleceo el rej Dom Henrique no anno de 1580 e se começou a tratar da guerra com Castella e se começou a fazer cava de rredor desta cidade e logo deu nella peste grande que durou desde durante o Espirito santo até Setembro»: Arquivo Nacional Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Livro de Varias Notícias*, manuscritos da Livraria, N. 1218, fl. 8.

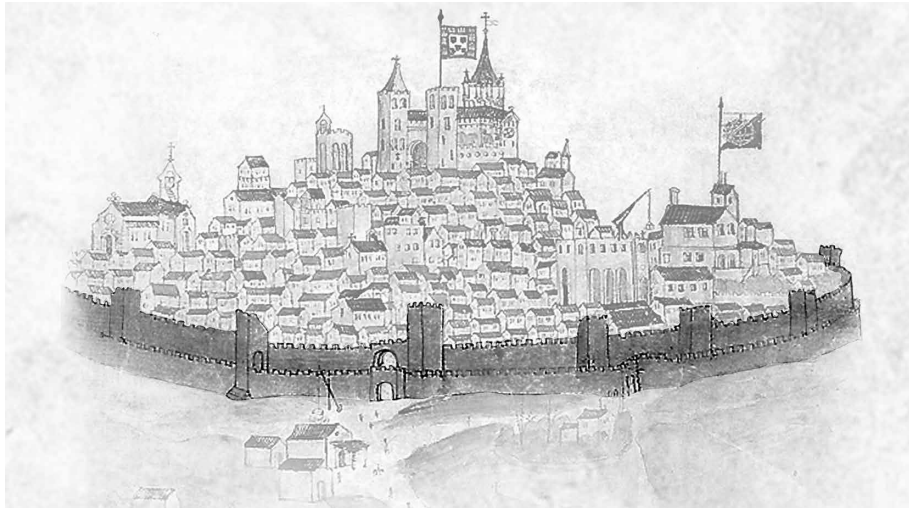


Fig. 3 – Imagem de Évora no século XVI com evidência para as suas duas linhas de muralhas.
Adaptado digitalmente pelo autor da iluminura do foral manuelino de 1501.

Todavia, a Guerra da Restauração voltou a colocar episodicamente Évora na geoestratégia militar de defesa do reino. A cidade retomou a importância conjuntural de «praça de armas», apesar de tudo posicionando-se numa segunda linha de defesa, pois o conflito foi, uma vez mais, dirimido grandemente na linha de fronteira. Para se ter uma ideia do papel secundário de Évora no conflito restauracionista leia-se este relato circunstanciado da ameaça de uma incursão espanhola, em 1645:

«Sesta feira 29 de setembro de (1)645 dia de S. Miguel pouco depois do meo dia chegou recado ao capitão mor Luis de Miranda de João de Mira lavrador capitão do campo da freguesia de S. Vicente [de Valongo] que (n)aquella manham vinha entrando grande poder de gente castelhana tanto auante que entendeo que marchaua pera esta cidade. Mandou logo o Capitão Mor chamar o Sargento Mor que viesse correndo a casa do Chantre [Manuel Severim de Faria] para que mandasse picar o relogio a rebate e fizesse fechar todas as portas da cidade tirando a de Alconchel e tocarem caixa todas as companhias; fez se tudo com muita deligencia cerrandose as portas das estacadas que algumas estaõ no chão. Acodirão a cata do Capitão Mor todos os officiais e o Capitão Luis da Sylva de Vasconcellos hia correndo pella cidade a cauallo disendo Arma Senhores Arma o que causou grande perturbação nas molheres leuando a esta voz seus choros e gritos. Levouse o recado ao cabido porque o Senhor Chantre estaua na cama sangrando naquella manham presidindo o Thesoureiro mor Dom Verissimo e se mandou logo a todos os clerigos da cidade que tomassem armas

e mandarão recado a todos os conventos de Religiosos para que estivessem prestes. O primeiro de todos que se foi offercer ao capitão mor foi Dom Rodrigo de Mello Arce-diago e Conego da see com 24 criados armados; o mesmo fez Dom Th(e)otonio Manoel e Dom Verissimo a que se seguiu hum numerosa companhia de clericos que leuauão por capitão o Mestr'escola Duarte de Vasconcellos com hum arcabus as costas e os mais todos armados com mosquetes e espingardas. O mesmo fizeram todos os fidalgos da terra como forão Fernão Martins Freire, seu filho Luis freire, Henrique de Mello de Azambuja, Manoel de Macedo, Martim Ferreira da Camara, Jorge da Sylva Velho, Ruy de Britto, Dom João Solis, Vasco de Mello, e toda a nobresa da cidade. Foi gente tanta que se puserão sobre os muros, porem (fl. 42) contentou se o capitão mor em mandar occupar a praça com hum grande corpo de guarda e em cada porta da cidade outro, e pellos muros em cada ponta do lanço hum soldado de uigia. Com o repique do relógio acodio muita parte da gente que andaua na uindima ao longo da cidade, e trouxerão consigo o gado que tinham. A gente de caualllo se ajuntou tambem na praça com seu capitão João Macedo, não chegarão a (um) cento, delles escolheu o capitão mor huma tropa de uinte e cinco que com o mesmo João de Macedo mandou que fossem pello caminho de Montouto por onde diziam que o inimigo vinha (...). Estando todas as cousas neste estado chegou um correo de Elvas que mandaua o Conde general ao capi-tão mor pedindo lhe cavalgaduras de carga pera a bagaje do nosso exercito em caso que o inimigo sahisse de Badajos donde ate então não tinha partido. Veyo este correo por Villauçosa e pello Redondo e chegou a cidade as quatro horas sem em todo o caminho achar noua, nem rumor algum da entrada dos inimigos por onde se entendeu que o lavrador João de Mira se enganou em cuidar que marchauão os castelhanos pella terra dentro. A certeza deste discurso se confirmou logo porque pouco depois chegou recados de João de Mira que os Castelhanos chegando a algumas herdades tomarão o gado e roubarão as casas e se tornarão. Mandou logo o Capitão Mor este recado ao senhor Chantre com o qual se recolherão os religiosos e fidalgos, mas a cidade ainda se ficou guardando pella gente da ordenança. O Capitão João de Macedo passou a noite em Montouto, onde se ouvirão muitas peças de artelharia e muitos mosquetes e ao outro dia de soube como sahindo alguma gente daquellas freguesias a esperar os inimigos no vao por onde dizem que entrarão lhe derão algumas cargas com que lhe fizeram deixar todo o gado que leuauão com morte de cinco castelhanos fugindo os outros todos mui-tos delles feridos deixando alguns caualllos. O padre Reitor da Universidade mandou repicar o sino do Colegio e como erão ferias e não uindos ainda os estudantes de fora acodirão [fl. 42v] somente alguns da cidade que não chegarão a fazer numero de trinta mas esses armados e mandando lhe o Reitor dar sua bandeira e tambor sahirão pella

*cidade ate casa do Capitão Mor e tornando ao Collegio ficarão toda a noite guardando a trincheira da cerca».*¹⁷

Que imagem se retira, pois, desta curiosa memória? No mínimo a de uma cidade impreparada para guerra, onde religiosos e populares se envolvem na sua defesa e onde a proteção das principais portas só ainda se esboça em *estacadas e trincheiras*. De resto, o tipo de armamento evocado nas mãos de civis não anda longe do que havia sido normalizado cem anos antes pela pragmática de D. João III de 1549¹⁸.

Foi esta mesma vulnerabilidade militar de Évora que obrigou à criação, extra-muros, de um forte para defesa da cidade – o Forte de Santo António –, já funcional em 1663 quando as tropas espanholas de D. João de Áustria tomaram temporariamente a cidade. Sintoma do papel secundário de Évora no contexto da Guerra da Restauração é a própria obra de fortificação abaluartada, não só demorada como apenas cingida ao reforço das cinco portas principais – Avis, Lagoa, Raimundo, Rossio, Mesquita e Machede. Neste contexto, o baluarte de Nossa Senhora de Machede (também dito da *Cadeia dos Estudantes*) foi o primeiro a ser construído para defesa da porta homónima e do complexo universitário jesuíta (o lado mais exposto às incursões espanholas). Aliás, a antiguidade deste baluarte está bem patente na sua dissemelhança estrutural em relação aos restantes¹⁹, sobretudo com os que passaram a defender as três

17 Biblioteca Nacional de España, BDH, *Relações manuscritas de Portugal desde o ano de 1643 até 1646*, Mss/8187, fls. 42-43.

18 Pragmática publicada em 1549 (7 de Agosto) com efeitos a partir de Maio do ano seguinte: «*E asy vy por bem que toda a pessoa que tiuer fazenda de cem mill rs e dahy pera çima e não tiuer cauallo seja obriguado a ter e tenha hum arcabuz limpo e aparelhado com seu frasco de polluora e huma forma de pelouros e atacador com seu Rascador e huma Roda de murrão de maneira que posa seruir e seraa de quatro palmos de cano e dahy pera çima e asy teraa espada De marca e não tendo as ditas cousas pagaraa dez cruzados e tendo fazenda de (Cinquenta) mill rs e dahy pera çima, atee cem mill rs seja obriguado a ter huma espinguarda aparelhada ou humas bestas de tres aRateis e vinte setas ou pasadores e mais huma espada de marca e o que não tiuer as ditas cousas paguaraa dous mill rs e valemdo sua fazenda de dez mill rs atee cynquoenta mill rs seja obriguado a ter e tenha huma lança de vinte e cinco palmos ao menos e huma espada de marca e não tendo as ditas cousas paguaraa mill rs e isto se entemdraa em todas as pessoas que forem de vinte annos atee sesenta e cynquo e as pennas sobreditas serão a metade pera a minha camara e a outra metade pera quem o acusar / As quaes Armas serão as ditas pessoas obriguadas ter atee todo o mes de mayo do anno que vem de (1550)»: *Archivo General de Simancas*, CCA, DIV,10, 67- 8, Portal de Archivos Españoles (<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/ImageServlet>).*

19 Cf. LIMA, Miguel Pedroso de, *O Recinto Amuralhado de Évora*, Estar Editora, 1996, p. 59.

portas do flanco sul: Raimundo, Rossio e Mesquita, não por acaso a área reservada à defesa do Palácio Real e do *Castelo Novo*. Mas não só a exiguidade dos dispositivos de defesa parece desajustada ao estatuto da cidade. Também a delonga construtiva dos baluartes não deixa de causar certa estranheza. O próprio *Regimento da Fortificação de Évora*, precioso documento à guarda do Arquivo Municipal de Elvas, está datado de 1679²⁰, ou seja, uma década após o tratado de paz de 1668 que pôs termo ao conflito luso-espanhol. De resto, toda a superintendência das fortificações foi entregue ao arcebispo de Évora com «*a mesma jurisdição que o Governador de Armas nas fortificações das mais praças*»²¹, o que diz muito sobre a estrutura social e religiosa da cidade e respectiva precedência governativa. Não por acaso, já em 1646 o Cabido da Sé de Évora havia escrito ao rei a explicitar a pretensão de mandar fortificar alguns portos de passagem do rio Guadiana²², situação que foi, de facto, levada à prática como no caso da conhecida atalaia de São Gens²³.

As fortificações abaluartadas de Évora, construídas ao sabor das vicissitudes da guerra, seriam grandemente planeadas (não sem polémica) por Luís Serrão Pimentel, engenheiro-mor do Reino e operacionalizadas por vários dos seus discípulos da *Aula de de Matemática e Fortificação*²⁴. Contudo, o primeiro ensaio de defesa abaluartada foi da autoria do tenente general francês Pierre Sainte Colombe, a par de propostas e achegas de Charles Lassart e Nicolau de Langres e até mesmo do Conde de Atouguia, D. Jerónimo de Ataíde²⁵.

Mas, porventura, o melhor retrato de Évora nesses anos restauracionistas é dado pela vista tomada do lado norte pelo pintor Pier Maria Baldi nos primeiros meses de 1669. Nela se revela uma cidade de discreto aparato defensivo, o que desde logo a faz parecer vulnerável num cenário de guerra aberta (Fig. 4). Imagem diferente, todavia, se revela nas gravuras que reproduzem a estrutura abaluartada de Évora, como é o caso da gravura de 1705 editada por Antoin Coquart segundo planta de Nicolas de Fer. Todas elas mostram um cenário defensivo imaginado no papel pelos engenheiros militares, e muito foram como vimos, mas nunca construído cabalmente devido à escassez de

20 Ou seja, três anos antes do *Regimento para a Fortificação da Cidade de Évora* (1682) à guarda do A.N.T.T., *Manuscritos da Livraria*, N.º 1634 (58).

21 Arquivo Histórico Municipal de Elvas (A.H.M.E), *Regimento das Fortificações de Évora*, ms.

22 A.N.T.T., *Manuscritos da Livraria*, N.º 610 (14)

23 Cf. MATOS, Gastão de Melo de, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, 1941.

24 Cf. FERREIRA, Nuno Alexandre Martins, *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*, Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras, Departamento de História da Universidade de Lisboa, 2009, p. 86.

25 *Ibid.* p. 90.

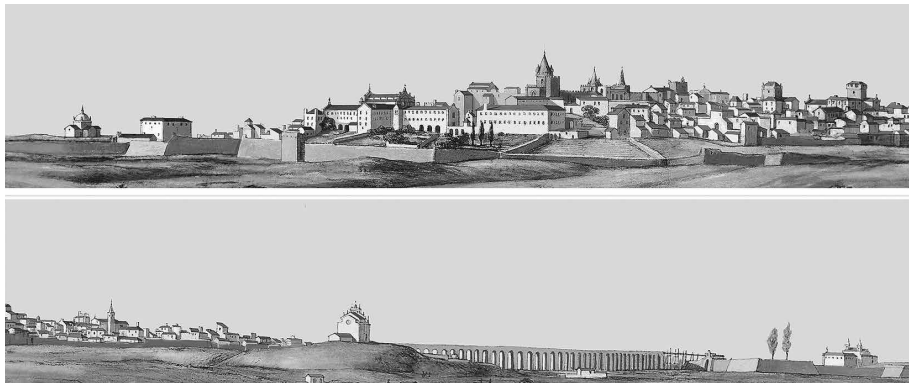


Fig. 4 – Imagem de Évora no século XVII tirada do lado norte.
Reconstituição a cores do autor sobre desenho original de Pier Maria Baldi (1669).

recursos, sobretudo económicos. São, por assim dizer, imagens ideais de uma cidade fortificada que nunca foi possível concretizar. É ainda o caso da representação da fortificação de Évora constante do *Atlas Medici de Lorenzo Possi* (1667), toda ela com pouco ou nenhum rigor científico e por isso mesmo mais imaginada do que real. Neste particular tem todo o interesse iconográfico a planta anónima do século XVIII pertencente à Biblioteca Nacional, pois ela reproduz com notório rigor a realidade das fortificações de Évora. Aliás, com excepção do fortim dos Penedos, hoje desaparecido²⁶, e do baluarte de São Bartolomeu, parcialmente demolido em consequência da obra viária dos anos sessenta do século XX junto à Porta de Avis, tudo o resto permanece íntegro no essencial. Isto é, uma sólida presença da *Cerca Nova* (já sem a barbacã), do Forte de Santo António e dos baluartes do Príncipe, do Conde de Lippe (ou do Trem), do Picadeiro (ou do Castelo), do Assa (ou do Senhor Jesus da Pobreza), de Machede (ou da Cadeia dos Estudantes) e dos Apóstolos (Fig. 5).

26 Mas que deu origem ao curioso topónimo «Três Bicos» (três dos quatro cunhais do fortim), que dá nome ao bairro homónimo.

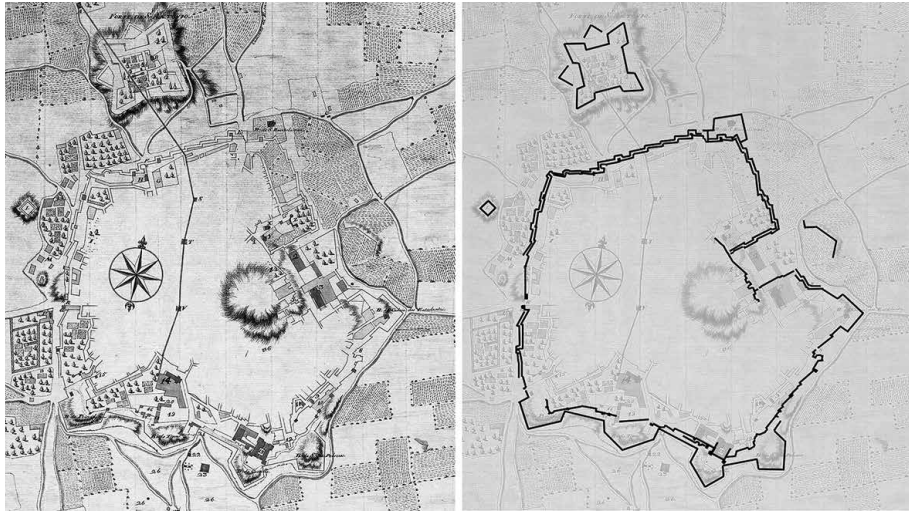


Fig. 5 – Planta da Cidade de Évora, século XVIII, pormenor. Desenho do autor contrastando a estrutura fortificada. Biblioteca Nacional de Portugal, d-343-a: 1750/1790.

Significa isto afirmar que as fortificações de Évora, no seu conjunto, constituem um património subsidiário do conjunto monumental da cidade? Não, de todo. Pelo contrário: a presença da muralha é uma das imagens mais impressionantes da sua identidade histórica, verdadeiro *limes* físico e até simbólico; além do mais, ele próprio contorno escolhido para delimitar a área classificada pela UNESCO. Tão interiorizado nos eborenses que os moradores dos bairros periféricos apenas identificam como «cidade» a malha urbana situada intra-muros. Acresce a esta realidade um facto raro nas cidades portuguesas: a presença da arquitectura militar como testemunho histórico da evolução urbana da cidade: os troços da *Cerca Velha* tardo-romana com as portas correspondentes (a de D. Dona Isabel está íntegra), algumas torres do medieval *Castelo Velho*, a *Cerca Nova* Tercentista, o *Castelo Novo*, já do século XVI, enfim a fortificação abaluartada da época da Restauração. Sem este testemunho diacrónico dificilmente se perceberia a matriz urbana da cidade, muito menos as suas várias fases evolutivas. Por isso, a imagem de Évora como «cidade murada» é um valor inestimável e uma oportunidade única de construir a diferença no âmbito da sua promoção e valorização. Na verdade, um recurso de excepção para a promoção turístico-cultural de Évora, de resto perçecionado há muito por turistas e visitantes. Com efeito, em 2012 à pergunta «quando pensa em Évora que palavra ou imagem lhe ocorre», quase 7% dos turistas inquiridos responderam «muralhas», ou seja, percentagem maior do que a Sé, a Capela

dos Ossos ou a própria Praça de Giraldo²⁷. E ao contrário de algum «pensamento» que fez escola no final do século XX que apontava a muralha como um «obstáculo no meio da cidade», por isso passível de uma nova fruição pública, isto é, «animação de percursos de ligação entre a zona central intra-muros e toda a restante área extra-muros»²⁸, não vemos razão para que se não devolva à cidade, sem prejuízo da fruição, mobilidade e conforto de moradores e visitantes, a imagem de uma «cidade murada», removendo dos seus velhos muros estruturas adventícias degradadas ou sem valor histórico, parques de estacionamento intrusivos e até, se possível, corredores de circulação automóvel. Devolver a Évora a imagem (também simbólica) de uma «cidade murada» não será só uma questão de estreitamento da relação de pertença da cidade com os seus habitantes. Estamos em querer que mais tarde ou mais cedo isso será absolutamente vital no desenho do seu futuro e até da salvaguarda do prestigioso selo da UNESCO como cidade Património Cultural da Humanidade.

27 Estudo realizado pela Universidade de Évora com o objectivo de identificar o perfil, expectativas e motivações dos visitantes do centro histórico de Évora. Este estudo foi realizado mediante a aplicação de um questionário aos visitantes nacionais e estrangeiros do centro histórico de Évora entre os meses de Abril a Agosto de 2010 e 2011. Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, 2012.

28 Lima, *ob. cit.*, p. 70.